

**Moção contra os ataques sofridos por comunidades indígenas Kaiowa no
Mato Grosso do Sul**

Remetentes: Comitê de Laudos; Comissão de Assuntos Indígenas; Comitê de Antropologxs Indígena da ABA; Simpósio Especial 24 (“Territórios, Etnocídio e criminalização indígena”); Simpósio Especial 13 (“Experiências de descolonização em museus e coleções indígenas”); GT 086: Povos indígenas e experiências de construções biográficas.

Destinatários: Secretaria Geral da Presidência da República; Casa Civil; Ministério dos Povos Indígenas; Ministério dos Direitos Humanos; STF; Senado Federal; Câmara dos Deputados; Diretoria Geral da Polícia Federal.

A 34ª. Reunião Brasileira de Antropologia aprova Moção contra os ataques sofridos por comunidades indígenas Kaiowa no Mato Grosso do Sul.

Na última semana aconteceram novos episódio na já longuíssima situação de intenso e generalizado conflito envolvendo comunidades indígenas kaiowá e proprietários de terra naquele estado da federação. O ponto central para compreensão desta nova ocorrência é a falta de decisão para cumprir o estabelecido na Constituição Federal, isto é, o Estado brasileiro garantir a posse dos espaços territoriais das diversas comunidades kaiowá que a reivindicam, a partir das expropriações e expulsões sofridas por elas ao longo do século passado. Com assassinatos, ferimentos por arma de fogo, sequestros, desaparecimentos forçados, racismo e violências das mais diversas formas, estas comunidades veem suas demandas por reparação do seu direito ao território serem desconsideradas, seja por paralisação dos processos demarcatórios, seja por despejos ilegais feitos localmente, seja por repressão ao próprio direito de reivindicar seus direitos.

É sabido que a situação é complexa, assim como é complexa a sua resolução, envolvendo necessidade de mediação de diversas instâncias dos poderes e forças públicas. No entanto, há indiscutivelmente em questão os mínimos direitos de preservação da vida humana sendo desrespeitados e um direito básico à vida que é a posse do território. É inconcebível uma nação imaginar-se próspera, produtiva e unida com o massacre de alguns de seus segmentos, principalmente quando estes são aqueles socialmente mais vulneráveis.

Por tais motivos, pedimos às autoridades com competência de atuação no caso uma redobrada atenção para que esta situação de barbárie seja interrompida e não venha a ser tolerada ou repetida, procurando-se gerar as condições reais para cumprimento dos preceitos constitucionais que nos regem a todos como cidadãos e cidadãs do Brasil, fazendo valer a garantia dos direitos territoriais dos nossos povos indígenas.